

ARTIGO

ANÁLISE DAS TEMÁTICAS AMBIENTAIS EM UM LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Fábio Pessoa Vieira¹
Laura Santana Rodrigues²

RESUMO

Neste estudo analisamos um livro didático de Geografia do 5^a ano do ensino fundamental, utilizado em uma escola do município de Tocantinópolis- TO. O intuito foi analisar quais as temáticas referentes à Educação Ambiental estão presentes no livro didático de Geografia, reconhecendo se tais temáticas propiciam ao estudantes a problematização de seu cotidiano. Aqui compreendemos o livro didático como o principal instrumento pedagógico utilizado pelo professor em sala de aula, necessitando de análise quanto aos seus conteúdos veiculados. Logo, para fundamentação teórica buscamos autores e documentos, tais como Silva (2010), Sacristán (2000), Dias (2000), Guimarães (2013), Parâmetros Curriculares Nacionais- Meio Ambiente (1997), dentre outros, que versam sobre o currículo e a Educação Ambiental. A análise do livro didático se desenvolveu a partir da metodologia de análise documental, assumindo o caráter investigativo acerca do conteúdo presente no documento. Como resultado da pesquisa destacamos a presença de temáticas ambientais no livro didático de Geografia, que em sua maioria evidencia conteúdos relativos a preservação e conservação do meio ambiente, o que faz da discussão sobre a Educação Ambiental uma necessidade a fim de propiciar um ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Currículo. Escola.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios o ser humano sentiu a necessidade de transformar o ambiente para sua sobrevivência, assim foi modificando-o, utilizando dos seus elementos para a

¹ Doutor em Ciências do Ambiente, Professor Assistente da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. E-mail: fpvieira@ufba.br

² Pedagoga, Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Educação Básica em Tocantinópolis-TO. E-mail: laurasantana@mail.uft.edu.br

manutenção da sua vida, consumindo o que o mesmo fornecia. A partir destas necessidades, ocorreram revoluções industriais que contribuíram ainda mais para a transformação do meio ambiente, no qual os avanços tecnológicos proporcionados também fizeram com que as pessoas se tornassem ainda mais consumidoras.

Mediante o consumo desenfreado que ocasionou a diminuição dos recursos naturais, houve a necessidade de criar meios para a conservação da natureza e dentre estes meios podemos citar a necessidade de tornar o indivíduo crítico e pensante para o trato com a natureza. Daí surge a necessidade de instituir nas escolas a Educação Ambiental, uma vez que o meio ambiente equilibrado é direito de todos, conforme a constituição brasileira de 1988 no artigo 225, especificamente no parágrafo 1º e inciso VI, que garante a promoção da educação ambiental em todos os níveis de escolaridade.

Sendo assim foi instituída a lei nº 9.795 de 1999 sobre a política nacional de Educação Ambiental que direciona o papel da Educação Ambiental na educação brasileira. Assim compreende-se que a Educação Ambiental deve estar inserida no currículo, mas não como disciplina e sim como tema transversal. Ela deve ser trabalhada de forma interdisciplinar possibilitando a construção de valores, atitudes e conhecimentos de conservação e preservação do meio ambiente para a manutenção da vida e futuras gerações, tentando criar uma consciência de saber agir com o meio ambiente. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental. (BRASIL, 1997)

Ao percebermos a importância de se estudar o meio ambiente e a Educação Ambiental deve-se “quebrar” o pensamento de que o ser humano não é parte da natureza. É preciso entender que ambos formam uma unidade, não havendo separação entre estes. Compreendemos que a Educação Ambiental possui um papel fundamental em uma perspectiva integradora entre ser humano e natureza propiciando que os mais diversos sujeitos no processo educacional percebam a sua realidade e tenham críticas e apontamentos sobre a intervenção humana no meio ambiente e que instiguem comportamentos sobretudo coletivos para se buscar um ambiente ecologicamente equilibrado.

No concernente ao currículo, faz-se necessário saber quais conteúdos devem ser ensinados, dentro de um contexto histórico que justifique as suas seleções. Entende-se que as mais variadas teorias curriculares buscam justificar a sua escolha. Com base na teoria

crítica, a qual nos apoiamos neste artigo, os problemas sociais, dentre eles as questões ambientais, são da sociedade e da escola também, pois a escola não é neutra, ela tende a levar o indivíduo a indagações e a um olhar sobre a sociedade. Neste sentido:

As teorias críticas sobre o currículo, em contraste, começam por colocar em questão precisamente os pressupostos dos presentes arranjos sociais e educacionais. As teorias tradicionais eram teorias de aceitação, ajuste e adaptação. As teorias críticas desconfiam do status quo, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais [...] (SILVA, 2010, p. 30)

Ao pensarmos na educação escolar, compreendemos o livro didático como principal difusor dos currículos em sala de aula. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), disponibiliza o guia dos livros para a escolha das escolas. É necessário que os professores avaliem com cautela a qualidade destes documentos, respeitando todos os objetivos educacionais, compreendendo assim que:

O professor que escolhe, acolhe e utiliza o livro didático no seu cotidiano escolar deve verificar os aspectos políticos, mercadológicos e sociais que envolvem o PNLD, saber aproveitar as qualidades do livro adotado e identificar suas fragilidades (VOICHICOSKI; MORALES, 2002, p. 2)

Neste contexto, escolhemos analisar como a Educação Ambiental está sendo apresentada nos livros didáticos. Levando em consideração os aspectos mencionados acima busca-se analisar o livro didático da disciplina de Geografia da coleção *Àpis* para o 5º ano do ensino fundamental I, utilizados pelas escolas estaduais de Tocantinópolis-TO. A escolha do 5º ano deve-se ao fato de compreender que o aluno já está consideravelmente alfabetizado e que desta forma já possui um repertório de discussões ambientais realizadas no cotidiano escolar. Além disso, entendemos que a criança estando em processo de formação inicial seja mais flexível quanto à sensibilização das formas de conservação do ambiente.

A escolha deste livro se deu por entendermos que a Geografia é uma das disciplinas, no espaço escolar, que mais aborda as temáticas ambientais por tratar das relações existentes entre sociedade e natureza. Desta forma o objetivo deste estudo é: analisar quais as temáticas mais presentes de Educação Ambiental estão inseridas no livro didático de Geografia; reconhecer se a temática é capaz de incentivar a problematização do ambiente em que o aluno vive; e identificar se há promoção de atividades ou projetos como complemento da temática abordada.

A análise do livro didático se desenvolveu a partir da metodologia de análise documental, considerando o livro um documento e “como produto de uma sociedade, o documento manifesta o jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço”. (SILVA *et al.*, 2009). Desse modo entendemos que uma análise documental busca identificar, averiguar e observar os documentos baseados na especificidade definida pelo estudo, assumindo o caráter investigativo acerca do conteúdo presente no documento.

O presente artigo encontra-se disposto em três partes. Na primeira evidenciamos a fundamentação teórica, onde tratamos da trajetória da Educação Ambiental e a sua inserção no currículo escolar em uma perspectiva transversal. Na segunda destacamos a importância do livro didático, na Educação Ambiental escolar, e enfatizamos as questões ambientais na Geografia. Por fim trazemos a análise de temas ligados à Educação Ambiental presentes em um livro didático das séries iniciais do ensino fundamental.

2 A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Meio Ambiente (BRASIL, 1997) ressalta que a partir da década de 1960, logo após a segunda guerra mundial, que de fato se deu importância à questão ambiental, onde se percebeu o possível esgotamento dos recursos naturais, fundamentais para a sobrevivência humana. Dessa forma os estudos ecológicos iniciados ganharam novos rumos, apontando que algo deveria ser feito para diminuir a degradação dos recursos e lutar pelo ambiente, considerando a sua conservação e a qualidade de vida das pessoas. Mediante esta situação surgiu a necessidade de se rever o conceito de desenvolvimento.

Com a constatação da inevitável interferência que uma nação exerce sobre outra por meio das ações relacionadas ao meio ambiente, a questão ambiental – isto é, o conjunto de temáticas relativas não só à proteção da vida selvagem no planeta, mas também à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades – passa a compor a lista dos temas de relevância internacional. (BRASIL, 1997, p. 176)

Desse modo, diversos países se dispuseram a construir uma agenda internacional referente à conservação do ambiente em grandes conferências. Em 1968 surge um importante grupo formado por 30 especialistas contemplando várias áreas e, por suas

reuniões acontecerem em Roma, na Itália, foi nomeado como Clube de Roma. Neste encontro discutiu-se sobre o futuro da humanidade e os problemas ambientais.

A principal contribuição do Clube de Roma se deu respectivamente no ano de 1972 quando foi elaborado um relatório chamado “Os Limites do Crescimento”. Em seu contexto apresentava características de uma sociedade de consumo e Dias (2000, p. 35) enfatiza que “[...] o documento denuncia a busca incessante do crescimento da sociedade a qualquer custo e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento” [...].

Conforme Reigota (2014), as considerações presentes no relatório alertaram sobre a necessidade de controlar o crescimento social e o consumo dos recursos naturais, mas para isso seria preciso mudar a mentalidade das pessoas. Porém, essas ideias não foram muito bem aceitas, principalmente pelos países subdesenvolvidos, que identificavam no relatório que para os países industrializados se manterem em constante desenvolvimento era necessário controlar a taxa de natalidade dos países pobres.

Como o relatório ganhou grande repercussão mundial, sua consequência foi a realização da Primeira Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972 e, por suas discussões sobre a ação humana e o meio ambiente, buscando uma visão global e princípios norteadores, constituíram o “Plano de Ação Mundial” e a “Declaração sobre o Ambiente Humano”.

Segundo os PCN- Meio Ambiente (BRASIL, 1997, p. 81) “[...] Foi nessa conferência que se definiu, pela primeira vez, a importância da ação educativa nas questões ambientais, o que gerou o primeiro Programa Internacional de Educação Ambiental [...]”.

Realizou-se posteriormente um Encontro Internacional em Educação Ambiental na cidade de Belgrado, Iugoslávia, no ano de 1975. Neste foi criado e consolidado os princípios orientadores para a Educação Ambiental, definindo que a “[...] Educação Ambiental deve ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais” (DIAS, 2000, p. 38).

A partir do encontro, o resultado foi a criação de um importante documento, “A Carta de Belgrado”. Esta apresentava alguns princípios essenciais para a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente, “[...] o que se busca é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação” (DIAS, 2000, p. 102).

Mas foi em 1977, na I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada na Geórgia, em Tbilisi, que surgiu uma das contribuições mais importantes para a

Educação Ambiental, com o início do Programa Internacional de Educação Ambiental.

A partir daí foram definidos princípios que buscavam garantir a Educação Ambiental em toda a fase escolar de modo interdisciplinar, dar notoriedade às principais questões ambientais de âmbito local e global, além de instigar nos alunos a sensibilização com o meio ambiente e a formação de valores, dentre outros (BRASIL, 1997).

A Conferência Intergovernamental realizada em Tbilisi, de 14 a 26 de outubro de 1977, identificada como encontro de referência, até os dias atuais, em função do momento histórico em que aconteceu e pela participação em escala mundial de representações de Estado. Aponta para a Educação Ambiental como meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória. Nessa conferência foi tomado o devido cuidado em não se creditar a esta a responsabilidade exclusiva pela mudança de práticas e relações sociais que são vistas como inadequadas às concepções ambientalistas de mundo. Dentre as recomendações, sugere aos Estados-membros da ONU a implementação de políticas públicas específicas a serem permanentemente revisadas a partir de avaliações sistemáticas, de modo a consolidar e universalizar a Educação Ambiental. (LOUREIRO, 2012, p. 79)

Guimarães (2013) evidencia que no Brasil na década de 1970 a Educação Ambiental estava em fase inicial, por ser um país subdesenvolvido tinha-se a justificativa de que os acontecimentos demoravam a chegar, além disso passava por um cenário político autoritário que não compactuava com os desdobramentos da Educação Ambiental.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, houve a participação intensa da sociedade. Desta conferência saíram importantes documentos, como a Agenda 21, onde continha orientações aos governos sobre a promoção da Educação Ambiental.

Na Conferência Rio/92 aprovou-se, entre outros documentos, a “Agenda 21”, que reúne propostas de ações para os países e os povos em geral, bem como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas. Em complementação à “Nossa Agenda”, com as prioridades para esses países. E os governos locais apresentaram a “Agenda Local”. Em todos esses documentos - importantes referências para governantes e educadores nesse final de século - tanto a Educação Ambiental quanto as ações educativas, de informação e comunicação em geral, foram das mais requeridas (BRASIL, 1997, p. 82)

Conforme Dias (2000), a Rio-92 é considerada uma das mais importantes conferências desde a organização do ser humano em sociedade. Através dela se tornou possível reconhecer a necessidade de se buscar um novo modelo de desenvolvimento, a implementação da Educação Ambiental seria parte desse processo.

2.1 A Educação Ambiental no Currículo: a importância da transversalidade

Diante dos acontecimentos que propiciaram a emergência do debate sobre as questões ambientais houve a necessidade de se implementar a Educação Ambiental no currículo escolar. Tal implementação se dá a partir da inserção da temática ambiental e ou da educação ambiental em documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, de 1997. Optamos por enfatizar como que se dá o debate da Educação Ambiental nos PCNs, por entendermos que este foi um documento estruturante das políticas curriculares voltados para a Educação Ambiental, em especial no concernente às ressonâncias nos livros didáticos.

Após dois anos de preparação, o MEC divulga os novos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN. A dimensão ambiental é incorporada como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. Retiram-se as algemas conteudistas e reducionistas da educação brasileira (DIAS, 2000, p. 54)

Entendemos que é através do currículo que são direcionados e selecionados os percursos e conteúdo/conhecimentos que devem ser trabalhados nas unidades escolares.

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai construir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados. (SILVA, 2010, p. 15)

Devemos entender que o currículo traz em si um conjunto de conteúdos dispostos para cada disciplina, devendo estes serem ensinados. É por meio dos conteúdos que se apresentam, também, o real interesse da sociedade sobre o que deve ser ensinado, o que envolve questões de poder nas relações presente na escola. Conforme Sacristán (2000):

[...] a importância da análise do currículo, tanto de seus conteúdos como de suas formas, é básica para entender a missão da instituição escolar em seus diferentes níveis e modalidades. As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socialização são realizados através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. Tudo isso se produz ao mesmo tempo: conteúdos (culturais ou intelectuais e formativos), códigos pedagógicos e ações práticas dos quais se expressam e modelam conteúdos e formas (SACRISTÁN, 2000, p. 16)

É necessário levar em consideração que o currículo não é neutro e tende a dar ênfase

a determinados grupos da sociedade. Desta forma Sacristán (2000) evidencia que os currículos recebem uma carga de interesses e forças sobre o processo educativo e os conteúdos históricos definidos, afim de que para se identificar os valores atribuídos é preciso uma profunda análise.

Pode-se dizer que o sistema educativo é gerido a partir do currículo, no qual o professor se depara com os conteúdos pré-determinados para serem desenvolvidos em sala. “[...] é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. [...]” (SACRISTÁN, 2000, p. 15).

Segundo Silva (2010) o currículo e suas teorias estão envolvidos diretamente com o poder, ou seja, selecionar os conteúdos, escolher um conhecimento em detrimento de outros se torna uma operação que visa validar uma relação de força. O Estado por sua vez acaba por influir poder sobre o currículo, determinando às instituições de ensino quais conteúdos devem ser trabalhados no cotidiano escolar, moldando qual o perfil deve se formar nos educandos, refletindo suas posturas no meio social.

No Brasil a Educação Ambiental é norteada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e está posta como tema transversal devendo perpassar todas as disciplinas. Segundo Reigota (2014), o PCN contribuiu para a história da Educação Ambiental, bem como para a formação de educadores.

Da mesma maneira as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012) institui em seu artigo 8º que a Educação Ambiental deve estar presente em todas as modalidades de ensino, mas não como disciplina. Em se tratando da organização curricular as diretrizes direcionam em seu artigo 16 que a mesma deverá ser desenvolvida da seguinte maneira.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

- I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012, p. 5)

Os temas transversais apresentam assuntos de diversas áreas que são vividos e experienciados pela sociedade no dia a dia, segundo o PCN-Temas Transversais (BRASIL, 1997). Temáticas como a Educação Ambiental são de suma importância para o debate coletivo que direciona a possíveis soluções e alternativas sobre a realidade, assim os

educandos poderão mudar as atitudes e ações sobre determinado assunto.

Diante disso optou-se por integrá-las no currículo por meio do que se chama de transversalidade: pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade e que sejam orientadoras também do convívio escolar. (BRASIL, 1997, p. 29)

A transversalidade por sua vez busca abarcar todas as disciplinas sem a intenção de se tornar um conhecimento fragmentado, logo tenta apresentar ao aluno os diversos conhecimentos da realidade com o intuito de chegar à totalidade dos saberes humanos. Mas para se concretizar é necessário, como pontua (CECÍLIO, 2000 citado por FAGUNDES; BURNHAM, 2001) levar em consideração para se construir a transversalidade as relações de poder que envolvem os saberes construídos que estão dentro e fora da escola.

Controlar o acesso aos saberes, controlar aquilo que se sabe e aquilo que não se sabe, é um dos mais fortes (embora mais dissimulados) exercícios de poder da modernidade, e uma das principais ferramentas para o exercício desse poder foi e tem sido a escola, por meio do currículo disciplinar. No contexto da sociedade capitalista, na qual o conhecimento é mais uma mercadoria, sua fragmentação significa também mais uma forma de exercício do poder do capital. Hoje, quando se anuncia cada vez em mais alto som a emergência de uma sociedade do conhecimento, em que o saber acaba mostrando-se como a principal moeda de troca, o exercício do poder disciplinar é também cada vez mais intenso. (GALLO, 2001, p. 4)

Gallo (2001) enfatiza que a organização curricular por meio da disciplinarização tornou propício a consolidação do currículo escolar, pois ao fragmentar o saber permitiu-se o controle e o poder sobre o que é transmitido.

Entendemos que os temas transversais trazem em si assuntos contemporâneos que necessitam ser de alguma forma veiculados e integrados ao currículo, dado a sua importância em abordar temas cotidianos, e de buscar o diálogo entre as disciplinas. Gallo (2001) ressalta que não se deve classificar somente um tema em grau de importância e definir como central, o que devemos fazer é ter em mente que os temas transversais, incluindo o ambiental, devem permear toda a organização curricular.

Os temas transversais destinam-se a superar alguns efeitos - perversos - aqueles dos quais a sociedade atual se concretizou - que, junto com outros de grande validade, herdamos da cultura tradicional. Estas questões devem ocupar um lugar secundário no ensino só porque não faziam parte das preocupações da ciência clássica? Se fizéssemos isto, estaríamos concedendo mais importância às preocupações do passado que às do presente, isto é, estaríamos vivendo e educando com o olhar continuamente voltado para trás. (MORENO, 1997, p. 36)

Gallo (2001) sustenta que os temas transversais não devem ser tratados como disciplinas curriculares, pois este fato atrapalharia tanto a sua flexibilidade quanto a sua inclusão em diferentes contextos. Além disso, são temas que tratam do cotidiano em constante transformação e que podem ser alterados rapidamente.

O currículo deve possibilitar que se saboreie a natureza, contextualizando esta experiência na vida de cada um, de modo a despertar o cuidado e o respeito por si e pelos outros seres. É preciso “incorporar” o currículo com vivências que estimulem os sentidos e a produção de novos sentidos para a vida [...] (MAZZARINO; MUNHOZ; KEIL, 2012, p. 59)

A inserção da Educação Ambiental no currículo tal qual consta nos PCNs têm o intuito de contribuir para a formação de cidadão conscientes da sua realidade tornando-os capazes de atuar e se posicionar perante os acontecimentos ambientais, demonstrando compromisso com o bem-estar da sociedade e do ambiente equilibrado.

Reigota (2014) ressalta ainda que a Educação Ambiental estando presente em todas as disciplinas poderá se relacionar com temáticas que envolva a humanidade e o meio natural e as relações sociais desenvolvidas entre ambos, assim através desse diálogo será possível encontrar alternativas para se pensar ou resolver os problemas ambientais. O autor enfatiza, que a Educação Ambiental escolar deve priorizar o estudo do ambiente ao qual o aluno está inserido, com a intenção de identificar os problemas recorrentes. Juntamente com as contribuições da ciência, dos saberes populares e outros, pensar possíveis soluções.

Isso não significa que não devemos estudar e conhecer outras realidades, outras questões longínquas, “[...] pois não devemos esquecer que estamos procurando desenvolver não só a sua identidade e participação como cidadã e cidadão brasileiros, mas também como cidadã e cidadão planetários” (REIGOTA, 2014, p. 46-47).

2.2 O livro didático de Geografia e a Educação Ambiental

Os livros didáticos ocupam um importante espaço nas escolas. Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 28) destacam que “[...] os livros são úteis para incutir nos alunos um denominador comum de conhecimentos, habilidades e valores básicos - esse fundo comum que contribui para uma vida melhor, mais feliz, mais ajustada em qualquer pessoa”.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o responsável por disponibilizar

as obras didáticas para as escolas públicas, tendo como foco principal a educação básica. O Ministério da Educação (MEC) junto com seus especialistas realiza uma avaliação pedagógica das obras selecionadas criando resenhas das mesmas (BRASIL, 2015).

Posteriormente estas resenhas são direcionadas para as escolas, as quais juntamente com toda a comunidade da instituição escolherão a melhor obra que se adequa à realidade vivida. Segundo Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 28) “[...] o livro didático não é apenas o veículo de um pensamento sobre a educação e a sociedade, mas ele deve transmitir o pensamento de uma escola [...]”.

Segundo Neves (2014) a escola é o principal local onde são transmitidos os conhecimentos históricos produzidos pela humanidade bem como o principal espaço de utilização do livro didático para o processo de ensino-aprendizagem. Voichicoski e Morales (2002, p. 241) ressaltam que “o livro se apresenta como um reflexo de toda uma sociedade, sua história, seus interesses, omissões e preocupações”.

Segundo Lajolo (1996) o livro didático vem sendo utilizado pelos professores de diferentes formas, alguns seguem o conteúdo definido no livro sem buscar fontes alternativas, já outros vão além do limite do livro fazendo relação do conteúdo proposto com o cotidiano do aluno. O livro didático deverá estar de acordo com a forma de aprendizagem que a escola adotou, pois, o aluno vai construir seu conhecimento utilizando-o e confrontando as informações com seu conhecimento de vida.

No processo de seleção do livro didático e ao longo de sua presença na sala de aula, é preciso planejar seu uso em relação aos conteúdos e comportamentos com que ele trabalha. É só a partir disso que se pode descobrir a melhor forma de estabelecer o necessário diálogo entre o que diz o livro e o que pensam os alunos. Pois é só na interação entre o saber que se traz do mundo e o saber trazido pelos livros que o conhecimento avança. (LAJOLO, 1996, p. 6)

Podemos notar o quanto se torna essencial a análise e sua escolha, partindo da concepção de que o livro didático é um importante instrumento de interação entre o ensino e aprendizagem.

Para Saçala (2013) o livro didático é um instrumento pedagógico que colabora para a compreensão e atuação do educando no mundo. O livro é capaz de dar direção ao ensino, de fato quando o mesmo é bem mediado e trabalhado pelo professor, o que proporciona aos educandos a apropriação de conhecimento igualitário, onde todos tiveram acesso.

Mesmo diante dos diversos avanços tecnológicos da atualidade e a criação de vários recursos, o livro didático não perdeu seu espaço e é um dos mais utilizados na escola.

Voichicoski e Morales (2002) ressaltam que, o mesmo, assim como outro recurso pedagógico, possui pontos positivos e negativos, dessa forma ele pode tanto ajudar o professor como constituir barreiras ou limitar o processo de ensino aprendizagem.

A leitura do livro é capaz de proporcionar e estimular a reflexão, desenvolver a criatividade e a imaginação, assim sendo o livro didático se torna eficiente na aprendizagem no contexto escolar.

Como sugere o adjetivo *didático*, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares (LAJOLO, 1996, p. 4)

Enfim, o livro didático em sua história na educação brasileira nem sempre se constituiu basicamente na relação harmônica com o professor quanto ao seu uso, pois segundo Lajolo (1996, p. 8) “[...] a história sugere que a precariedade das condições de exercício do magistério, para boa parte do professorado, é responsável direta por vários dos desacertos que circundam questões relativas ao livro didático na escola brasileira”.

Em se tratando de Educação Ambiental, de acordo com Ribeiro (2006) as primeiras aparições das temáticas ambientais nos livros didáticos de geografia se deram na década de 1970. Nessa época não se dava muita importância à natureza, o homem era mais visto como um ser antropocêntrico, priorizando o seu bem-estar e as relações com o outro, a sua relação com a natureza consistia na exploração dos recursos naturais. Mas foi só na década de 1990 que a Educação Ambiental, de forma geral, esteve representada nos livros didáticos, como aponta Neves (2014).

De acordo com Grossi (2004) o objeto de estudo da geografia consiste na relação sociedade e natureza, dando a oportunidade de discutir várias temáticas sobre o meio ambiente

Destaca-se que as mudanças ocorridas na Geografia, bem como, o avanço dentro das discussões, reflexões e medidas tomadas no campo da EA foram de vital importância para que fosse dada mais ênfase a esta última, porém cabe ressaltar que a Geografia é uma das ciências pioneiras no trabalho com as questões ambientais (MENEGUZZO; MENEGUZZO, 2012, p. 76)

Assim entende-se que a disciplina geografia possui um importante papel para a formação de um cidadão que esteja envolvido e compreenda o mundo e o ambiente em que vive. Contudo, Meneguzzo e Meneguzzo (2012) destacam que a Educação Ambiental está

implícita na Geografia e que boa parte dos professores acabam por não perceber. Porém as questões ambientais estão aparecendo com frequência no livro didático que é o instrumento pedagógico mais utilizado pelo professor em sala de aula.

A Educação Ambiental nos livros didáticos muitas vezes não aparece como tema transversal de acordo com o que é colocado pelos PCNs Meio ambiente e Saúde (BRASIL, 1997), mas apresentam os fatos atuais dos problemas ambientais com caráter informativo, como destaca Neves (2014):

Alguns LDs se preocuparam em disponibilizar a informação para o aluno para que o mesmo repense suas atitudes, esses LDs buscavam conscientizar alunos e também professores a respeito da cidadania. Mas em sua maioria, os LDs não demonstram a preocupação em formar um pensamento crítico no educando, a fim de levá-lo a refletir sobre suas ações e agir em busca de uma sociedade que cuide do meio em que vive (NEVES, 2014, p. 91)

Em relação a ações propostas pelos livros didáticos para diminuir a degradação do ambiente, que podem ser desenvolvidas pelos educandos, Saçala (2013) em sua pesquisa aborda que as mesmas são consideradas simplistas e individualizadas. Além disso chama a atenção para a omissão nos livros quanto a responsabilidades ambientais das instituições públicas e privadas.

No entanto os livros didáticos trazem em si “seções diferenciadas dentro dos livros, questões, sugestões de entrevistas com familiares e observação da realidade dos alunos fora da escola” (SAÇALA, 2013, p. 44). Sendo um meio de instigar a percepção das problemáticas ambientais do local.

Levando-se em consideração o fato de o LD ainda ser um dos principais norteadores do ensino e, por vezes, ser única fonte de leitura para os alunos, a necessidade de sua melhoria contínua é fundamental. Eles devem ser analisados criticamente e melhorados com contribuições dos professores no seu emprego em salas de aula. O vínculo com os problemas do dia a dia que são visualizados pelos alunos é condição preponderante para que eles compreendam o meio ambiente e as suas relações, presentes na vida dos estudantes, e para que possam vislumbrar alternativas de preservação (SAÇALA, 2013, p. 54)

Compreendemos que os livros didáticos, em especial o de Geografia, devem proporcionar outros modos para que o aluno possa desenvolver discussões, a problematização dos seus conteúdos para então relacionar e identificar os problemas do seu meio, bem como pensar em possíveis intervenções.

3 METODOLOGIA

O assunto tratado neste estudo se desenvolveu a partir da pesquisa qualitativa do tipo documental, sendo o objeto de estudo um livro didático de Geografia. Para tanto, entendemos por pesquisa qualitativa aquela que:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70)

Destaca-se aqui a pesquisa documental, ressaltando que no campo da educação a análise documental se faz em uma abordagem qualitativa, “[...] seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38)

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2016, p. 131)

Segundo Severino (2016), podemos tomar como definição da palavra documento, objetos que abrangem materiais informativos, podendo ser livro, jornal, estátua, escultura, foto, filme, vídeos, dentre outros. Conforme Caulley (1981, citado por LUDKE; ANDRÉ, 1986), a análise documental parte em busca de informações mediante construção de uma problemática.

Dessa forma buscamos através deste estudo identificar e analisar as temáticas de educação ambiental presente e um livro didático de Geografia do 5º ano do ensino fundamental, utilizados nas escolas estaduais de Tocantinópolis. A análise deste livro se faz importante pois em sua maioria são os que mais abordam questões ambientais, especificamente por se tratarem do meio ambiente e a relação do ser humano. Além disso as questões ambientais ao longo dos anos ganharam destaque dada a sua importância para a

manutenção da vida e, desse modo, é conveniente averiguar o que está sendo transmitido no referido livro didático.

4 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

A etapa da análise do livro didático consiste na identificação do conteúdo de Educação Ambiental e de que forma está sendo tratada no livro. Iniciamos à análise mediante leitura prévia do livro. Posteriormente foi feita uma leitura mais aprofundada e a constatação da temática ambiental em capítulos e trechos.

O livro em questão é de autoria de Maria Elena Simielli (2015), faz parte da coleção Projeto Ápis da editora Ática, possui quatro unidades e oito capítulos distribuídos em: Unidade I: Conhecendo o Brasil; Unidade II: Vivendo no Brasil; Unidade III: O Espaço Regional; e Unidade IV: Aquarela do Brasil.

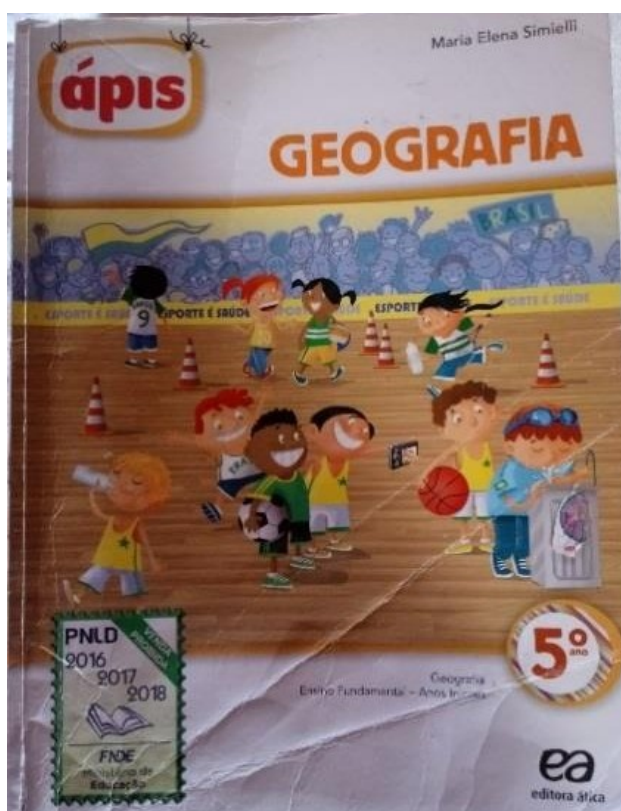


Figura 1: Livro didático de Geografia analisado. Fonte: Simielli, 2015.

Logo no início do livro é apresentado ao leitor as seções que o compõem, bem como o significado de cada uma destas. Não há em todas as seções a presença de temáticas ambientais, por tal motivo optamos por apresentar e destacar as seções que contém temáticas ambientais. São elas: *Desafio*, *Trançando Saberes* e *Projeto*.

Desafio – “Oportunidade de fazer descobertas e comparações em grupo ou individualmente”. Consideramos esta seção de grande importância, pois proporciona ao aluno a investigação de diversos contextos e a comparação com a realidade vivenciada.

Trançando Saberes – “Nesta seção você vai perceber que tudo que se aprende está relacionado com outras disciplinas”. Podemos compreender aqui o caráter interdisciplinar desta seção, com a integração de conteúdos de outras disciplinas.

Projeto – “Um tema para você trabalhar em equipe, investigar e pesquisar. Também aparece ao final de cada duas unidades”. Esta seção incentiva o trabalho coletivo entre os alunos, estimula a busca de conhecimentos da sua localidade e região.

O livro didático não apresenta um capítulo específico sobre as questões ambientais. As temáticas em que identificamos uma discussão concernente à Educação Ambiental foram: Os Diferentes Tipos de Vegetação; Migração e Atividades Econômicas; Parques Nacionais e Devemos Preservar a Natureza.

Somente a temática “Os Diferentes Tipos de Vegetação” está incorporada ao assunto tratado que corresponde ao espaço natural, já as demais se encontram dispersas ao longo do livro didático – em quadros separadamente do conteúdo, dispostas nas seções apresentadas anteriormente – aparecendo como complemento dos demais assuntos. Tal temática é a primeira presente no livro didático e diz respeito, de um modo geral, aos Biomas existentes no Brasil, respectivamente: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Mata dos Cocais, Mata dos Pinhais, Caatinga, Campos, Vegetação litorânea, Cerrado e Vegetação do Pantanal.

Todas apresentam um conteúdo meramente descritivo quanto aos seus aspectos e localidades, apenas a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica são destacadas no que se referem à interação com a ação humana. Neste caso o realce é referente ao intenso desmatamento. A autora traz dois mapas comparando a vegetação natural e a vegetação atual, mencionando as consequências das ações humanas que permitem um quadro atual de degradação destes dois biomas.

Compreende-se então que a temática “Os Diferentes Tipos de Vegetação” e a forma pela qual está posta, alerta para o que está acontecendo atualmente com a vegetação brasileira, no que tange à conservação. Além disso não aponta o desmatamento como uma ação individualizada, mas coletiva, como uma ação de um modelo de sociedade. Um fator importante que acompanha esta temática são os exercícios, os quais direcionam o aluno a conhecer os tipos de vegetação do Brasil e da localidade no qual está inserido, tornando relevante o estudo do seu cotidiano.

Além disso, coloca em questionamento e reflexão a situação de degradação das vegetações, o que mostra o interesse e a preocupação que devem ser construídos pela sociedade para com a conservação do ambiente. Por outro lado, este exercício não traz de forma explícita o incentivo ou a ideia de se pensar em alternativas para o problema.

A segunda temática encontrada, “Migração e Atividade Econômica”, está disposta dentro da seção *Desafio*. O tema aborda que a partir da colonização os movimentos migratórios se intensificaram em algumas regiões no Brasil. O fator atrativo eram as atividades econômicas no litoral o que justifica uma elevada população e um denso povoamento. Posteriormente destaca outros ciclos econômicos em distintas regiões do Brasil. Por conseguinte existem três imagens sobre o ambiente em situação de exploração, devido a extração madeireira, a agricultura e a mineração.

O assunto em si direciona para a identificação das atividades econômicas e a ênfase na extração madeireira como uma atividade econômica que causa grande dano ao ambiente. Percebe-se então que é disseminado um conhecimento que prioriza um tipo de atividade econômica, a extração madeireira, como uma das práticas humanas, em termos econômicos, que mais prejudicam o ambiente. Vemos que há interesse em demonstrar as consequências e os riscos desta atividade econômica, que atualmente é de maior frequência na região Norte do Brasil, o que implica em uma aceleração da degradação no espaço amazônico.

A temática *Parques Nacionais* está posta na seção *Trançando Saberes* em um capítulo que trata sobre as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Tal temática emerge em um viés interdisciplinar, complementando um assunto que diz respeito ao espaço regional. Em relação aos parques é destacado o pantanal mato-grossense, abordando sua grande planície que abrange parte dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Identificamos nesta temática o intuito em construir nos estudantes sentimentos que direcionem à preservação e conservação da natureza, que são arquitetadas através de exercícios que os levem a refletir sobre a situação da sua região e do Brasil sem as unidades de conservação. Dessa maneira, percebemos que há no livro didático uma ideia de que os parques nacionais são a única maneira ou o principal modo de preservar e recuperar áreas que foram degradadas. Porém não se deixa claro quem é o maior responsável por essas áreas degradadas e acaba por generalizar o ser humano, tirando a responsabilidade dos grandes produtores, das indústrias, dos grandes pecuaristas, dentre outros.

A temática *Devemos Preservar a Natureza* encontra-se nas páginas finais do livro. É apresentada por intermédio de literatura infantil, onde muitos autores expõem os problemas ambientais e transformações na natureza causadas pelo ser humano.

Para tanto, a autora trata sobre a preservação das florestas e matas, enfatizando que estas foram destruídas para construção de cidades. Percebemos a ênfase e o interesse em transmitir aos estudantes um conteúdo e o faça refletir sobre o cuidado com a natureza a partir da ação humana.

Para finalizar as questões ambientais no livro didático, ainda sobre a preservação da natureza, a autora propõe a realização de uma pesquisa na seção *Projeto*. Por sua localização na última página do livro, entendemos que sua realização ficaria comprometida não se dando muita importância ou uma visibilidade maior ao assunto tratado. Mas é neste ponto que compreendemos a importância do papel do professor que ao analisar o livro verifica sua articulação com outros conteúdos anteriores.

A referida pesquisa chama a atenção para assuntos locais, estimulando os estudantes a conhecerem e irem em busca dos problemas ambientais que fazem parte de seu cotidiano, proporcionando a construção coletiva de possíveis soluções a partir da interação com os colegas e o docente da classe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos a pesquisa constatamos que no livro didático de Geografia há a presença de temáticas ambientais, como é proposta pelo PCN Meio Ambiente (BRASIL, 1997) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

Compreendemos que a veiculação das temáticas identificadas no livro didático é importante para a sensibilização de cidadãos que estejam atentos para os problemas ambientais pelos quais a sociedade contemporânea vive. Para tanto, no processo ensino-aprendizagem, acreditamos que os conteúdos que possuam ligação com as temáticas ambientais, em uma perspectiva transversal, ampliam a compreensão de que a Educação Ambiental não deve ficar restrita a práticas que tenham ligação com a conservação e ou preservação da natureza. Conhecer a história do ambiente, as transformações que nele ocorrem, permitem pensar ações visando uma efetiva educação para com o ambiente.

A discussão transversal dos conteúdos voltado à Educação Ambiental impulsionam os educandos a compreenderem que o ser humano não deve se impor sobre a natureza e sim buscar uma relação equilibrada com ela.

De um modo geral, os temas ligados à Educação Ambiental presentes no livro didático remetem para preservação e conservação do ambiente. Há um predomínio de

assuntos que demonstram uma maior preocupação em proteger as florestas, as vegetações.

Grande parte dos conteúdos proporcionam a reflexão sobre as condições ambientais referentes ao cotidiano do estudante. Consideramos o estudo do lugar de fundamental importância para sensibilizar os sujeitos no que se refere à degradação ambiental.

No decorrer da análise do livro didático identificamos que não há problematização sobre grandes empreendimentos, como a instalação de indústrias, hidrelétricas, a produção agropecuária e outros, em nome de um modelo de desenvolvimento tão almejado na sociedade em que vivemos.

Dentre as seções do livro didático, entendemos que a seção *Projeto* foi a que apresentou uma proposta mais conectada com o que os documentos oficiais apontam: incentivo ao trabalho coletivo entre os estudantes, com um estímulo à busca de conhecer os problemas ambientais da sua localidade e pensarem coletivamente a construção de soluções possíveis.

A seção *Desafio* direciona o estudante a fazer descobertas e comparações. Em sua temática *Migração e Atividades Econômica* o tema é tornado mais complexo e abrangente, ao não apenas se limitar a apontar qual atividade causa maior dano ao ambiente, mas sim relacionar os aspectos históricos. Compreendemos que tal abordagem deveria possuir uma frequência maior no livro de Geografia, pois impulsiona o aluno a desenvolver um pensamento crítico, relacionando as ações humanas ao longo do tempo aos problemas ambientais.

Na seção *Trançando Saberes* há uma relação dos conteúdos com outras disciplinas, ao relacionar exercícios que envolvem pesquisa em dicionário, a resolução de enigmas matemáticos e a produção artística. Neste sentido consideramos imprescindível o papel do professor como um agente que pode fomentar a relação transversal e interdisciplinar ao avaliar o livro didático o que permite ampliar as discussões sobre determinados assuntos.

Entendemos ser de suma importância que se tenha discussões ambientais nas escolas, desde as séries iniciais, para que os alunos entendam a importância do meio ambiente em suas vidas. Fato necessário no modelo de sociedade em que vivemos, onde cada vez mais cresce o consumo e a exploração do ambiente.

Assim, a Educação Ambiental torna-se necessária na sociedade contemporânea, criando condições para uma relação entre o ser humano e a natureza na qual haja uma real compreensão de que esta é fundamental para a sobrevivência da humanidade. Para além da inclusão de temáticas ambientais nos currículos escolares, de modo a envolver todas as disciplinas, para uma efetiva concretização da Educação Ambiental é fundamental que se

viabilize uma formação adequada aos professores, envolvendo as questões ambientais, direcionando a concepção de uma visão crítica na relação da sociedade para com o ambiente.

Por fim, compreendemos que a abordagem em livros didáticos sobre as questões ambientais demonstra a preocupação da sociedade para com a natureza. Consideramos que a inserção nos livros didáticos de temas ligados à Educação Ambiental pode contribuir positivamente para a construção de discussões ambientais mediadas pelo professor, enfatizando a reflexão como princípio fundamental para se buscar um ambiente ecologicamente equilibrado.

ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL THEMES IN A GEOGRAPHY TEXT BOOK

ABSTRACT

In this study, we analyzed a Geography text book from the 5th year of elementary school, used in a school in the city of Tocantinópolis-TO. Therefore, the intention was to analyze which the themes related to Environmental Education are present inserted in the didactic book of Geography, recognizing if these subjects propitiate to the students the problematization of their daily life. Here we understand the didactic book as the main pedagogical instrument used by the teacher in the classroom, needing analysis as to its contents. Therefore, we seek authors and documents, such as Silva (2010), Sacristán (2000), Dias (2000), Guimarães (2013), National Curriculum Parameters - Environment (1997), among others, and Environmental Education. The analysis of the didactic book developed from the methodology of documentary analysis, assuming the investigative character about the content present in the document. As a result of the research we highlight the presence of environmental themes in the textbook of Geography, which mostly show contents related to the preservation and conservation of the environment which makes the discussion about Environmental Education a necessity in order to provide an ecologically balanced environment.

Keywords: Environmental Education. Curriculum. School.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, Ética**. Brasília, 1997.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução N° 2, De 15 De Junho De 2012. Disponível

em:<<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>>.

Acesso em 18 de maio de 2018.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2016: Apresentação: ensino fundamental anos iniciais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015. Disponível em:<<http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/7027-escolha-pnld-2016>>. Acesso em 05 de mar 2018.

BURNHAM, Teresinha Fróes; FAGUNDES, Norma Carapiá. Transdisciplinaridade, multirreferencialidade e currículo. **Revista da FAGED**, Salvador, n. 5, p. 39-55, 2001.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6 ed. São Paulo: Gaia, 2000.

GALLO, Silvio. **Transversalidade e meio ambiente**. 2001. Disponível em: <<http://interacao2008.pbworks.com/f/transversalidade%20e%20meio%20ambiente.pdf>>. Acesso em: 05 de mar de 2018.

GROSSI, Fátima de Moulin Costa. **Educação ambiental e o livro didático no ensino fundamental**. 2004. 150 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) –PPGER, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 11 ed. Campinas- SP: Papirus, 2013.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo. EPU: 1986.

MAZZARINO, Jane. M; MUNHOZ, Angélica. V; KEIL, Jaqueline. L. Currículo, transversalidade e sentidos em Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 7, n. 2, p. 51-61, 2012.

MENEGUZZO, Paula Mariele; MENEGUZZO, Isonel Sandino. A Educação Ambiental nos livros didáticos de geografia do ensino fundamental e médio utilizados nas escolas públicas do Paraná. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Sul, v. 28, p. 72-84, jan./jun. 2012.

MORENO, Montserrat. Temas Transversais: um ensino voltado para o futuro. *In*: BUSQUETS, Maria Dolores *et al.* **Temas Transversais em Educação**. Bases para uma formação integral. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

NEVES, Samara Grativol. Educação Ambiental nos livros didáticos: Região da Grande Dourado-MS (1979-2002). **Horizontes – Revista de Educação**, Dourados-MS, n. 3, v. 2, p. 79-94, 2014.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático**. Campinas-SP: Summus Editorial, 1984.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RIBEIRO, Márcio Willyans. **Os conteúdos ambientais em livros didáticos de geografia de 1º e 2º ciclos no ensino fundamental**. 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba- PR. 2006.

SAÇALA, Márcia. **Como a educação ambiental vem sendo abordada nos livros didáticos de ciências na Escola Municipal Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho - Canoinhas/SC**. 2013. 59 p. Monografia (Ciências Biológica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 352 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Lidiane Rodrigues Câmpelo da. *et al.* **Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente**, 2009.

SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VOICHICOSKI, Marcia Silvana Rodrigues; MORALES, Angélica Góis. Análise das pesquisas recentes (2000 a 2010): da relação entre educação ambiental e livro didático. **Olhar de professor**, v. 14, n. 2, 2011.

Recebido em 25/01/2019.

Aceito em 13/06/2019.